

Porto Alegre | RS | Brasil  
Impresso Nº312  
Janeiro/Fevereiro 2019

**JORNAL**  
**ASSUFRGS**

Sindicato dos Técnico-Administrativos da UFRGS, UFCSPA e IFRS

www.assufrgs.org.br



assufrgssindicato



(51)999236703

**NÃO MEÇA NA  
MINHA APOSENTADORIA**

## GOVERNO BOLSONARO

# MEDIDAS DO NOVO GOVERNO REFORÇAM ATAQUES AOS TRABALHADORES E SETORES VULNERÁVEIS

Com algumas das primeiras medidas anunciadas neste início de ano, o governo de Bolsonaro mostra a que veio e confirma a ideologia de extrema direita, que será assustadoramente prejudicial aos trabalhadores brasileiros e aos setores menos favorecidos da sociedade. **Página 06**

## REFORMA DA PREVIDÊNCIA

# É PRECISO DEFENDER A APOSENTADORIA PÚBLICA!

A reforma da previdência será o carro chefe dos primeiros meses do governo Bolsonaro. O tema é complexo, envolve diversas propostas de reforma, a farsa do déficit da previdência, desvios financeiros da aposentadoria para pagamento de dívidas do Estado, desonerações de grande empresas, sonegações e renegociações de dívidas.

**Páginas 04 e 05.**



## MORDAÇA NÃO

**VITÓRIA DA EDUCAÇÃO: ESCOLA SEM PARTIDO  
É ARQUIVADO, POR ENQUANTO**



Após 13 sessões, a Comissão Especial encerrou o ano de 2018 sem conseguir aprovar o relatório favorável ao projeto. Foi uma grande vitória de educadores e estudantes que lotaram as sessões da Comissão.

**Página 03.**

## VIOLÊNCIA

**OS EFEITOS COLATERAIS DA  
FLEXIBILIZAÇÃO DA POSSE DE ARMAS**



Apesar de 61% dos brasileiros considerarem que a posse de armas de fogo deve ser proibida por representar ameaça à vida de outras pessoas, presidente assinou decreto que facilita a posse de armas de fogo. **Página 08**

## JURÍDICO

**ASSUFRGS INGRESSA COM AÇÃO PARA QUE  
SERVIDORES RECEBAM ATUALIZAÇÃO  
DE HORAS-EXTRAS INCORPORADAS  
AOS SALÁRIOS**



Fique por dentro das últimas vitórias jurídicas da Assufrgs: A ação coletiva do enquadramento e o benefício do auxílio transporte na UFRGS.

**Página 05.**

**NOVIDADE****INSTALADO O WI-FI NA COLÔNIA DE FÉRIAS DE GAROPABA**

Pedido antigo dos filiados, a instalação do sinal de wi-fi para todas as áreas da colônia de férias da Assufrgs Sindicato, foi atendido!

Agora o wi-fi liberado aos hóspedes pode ser acessado em todos os quartos e áreas sociais da colônia em Garopaba, Santa Catarina. Na próxima estadia por lá, pegue a senha junto à administração da colônia.

**ASSUFRGS****MELHORIAS NA SEDE CENTRO DA ASSUFRGS**

O último semestre de 2018 contou com obras que melhoraram a estrutura da sede-centro da Assufrgs Sindicato, localizada na Avenida João Pessoa, 1392. Entre as melhorias estão a reforma completa da cozinha no terceiro andar, com novos armários e bancada, fogão elétrico e a troca do piso, que estava apodrecido. Também foi resolvido o problema de infiltração no piso do terraço, que estava causando estragos em todos os andares do prédio.

Foram trocados os armários do jurídico e da assessoria, para acomodar o arquivo dos setores. Foi concluída ainda a reforma da sala ao lado da escada, no segundo andar, que antes era utilizada

como depósito de materiais, e agora, após a obra, poderá ganhar nova utilidade. A fachada da casa, a recepção, a sala de reuniões e o setor de convênios ganharam uma nova pintura nas paredes, renovando os espaços. O convênio conta agora com um quadro de avisos, para divulgação da agenda da Assufrgs e novidades de novos convênios.

Esperamos que todos os filiados desfrutem da estrutura do nosso sindicato. O auditório, cozinha e terraço da sede-centro seguem abertos para receber os colegas com reuniões e encontros dos Gts.

**COLÔNIA DE FÉRIAS****MELHORIAS EM GAROPABA: CONSTRUÇÃO DE ESCADA PARA ROTA DE FUGA**

Seguindo o trabalho de melhorias na estrutura da Colônia de Férias da Assufrgs, em Garopaba – Santa Catarina, foi construída uma nova escada externa, que será usada como rota de fuga em caso de incêndios. A obra deve ser finalizada nos próximos dias.

O pedido foi uma exigência do corpo de bombeiros para melhorar a segurança dos usuários do prédio. “A coordenação segue trabalhando em todas as melhorias necessárias para regularizar a estrutura da Colônia de Férias. Na última vistoria realizada pelo Corpo de Bombeiros, foi explicado que existe um impositivo legal sobre a necessidade de uma terceira rota de fuga no prédio. Atualmente temos duas”, ressalta a Coordenadora de Cultura, Esporte e Lazer da Assufrgs, Rosane Procaska. A estrutura da escada já foi concluída e as obras encerram ainda em fevereiro.

A nova escada ficará localizada em frente aos apartamentos 32 e 33, no lado esquerdo do prédio. A escada foi proposta nessa localização, em frente aos apartamentos, e não ao lado do prédio, devido ao espaço de recuo da construção em relação à rua, que é uma exigência da Prefeitura de Garopaba. Contamos com a compreensão de todos os filiados.

**JURÍDICO****SERVIDORES QUE RECEBEM INSALUBRIDADE DEVEM VERIFICAR A PRÉVIA DO CONTRACHEQUE**

Servidores que recebem adicional de insalubridade e demais adicionais ocupacionais (periculosidade, irradiação ionizante ou gratificação por trabalhos com raios-x ou substâncias radioativas) devem conferir na prévia do contracheque a regularidade do pagamento neste mês.

Na UFRGS, foram atualizados os laudos ambientais necessários a continuidade do pagamento, mas há relatos de problemas em alguns casos. Segundo a universidade, “podem haver problemas pontuais que devem ser resolvidos individualmente”. Quem verificar a ausência do adicional deve entrar em contato com a Divisão de Saúde e Medicina no Trabalho, ramal 2002, com Vinícius. Não há informação de problemas nas outras bases da Assufrgs, mas o sindicato orienta que todos verifiquem a prévia do contracheque. Caso ocorra qualquer falta de pagamento, o sindicato deve ser informado.

O corte é causado pela Secretaria de Gestão de Pessoas do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, que decidiu suspender o pagamento dos adicionais ocupacionais nas instituições que não atualizaram os laudos ambientais. A medida tem efeitos a partir de janeiro, com reflexo na folha de pagamento de fevereiro. Segundo o Ministério apenas a atualização dos dados funcionais não é suficiente para garantir o pagamento dos adicionais ocupacionais, sendo necessária a elaboração de novos laudos técnicos ambientais que atendam o disposto na Orientação Normativa/MP nº 4, de 14/02/2017.

**EXPEDIENTE**

**COORDENAÇÃO GERAL** Bernadete Menezes, Charles Almeida e Rafael Berbigier de Bortoli

**COORDENAÇÃO DE EDUCAÇÃO POLÍTICA E SINDICAL** Frederico Bartz e Silvio Corrêa

**COORDENAÇÃO DE SAÚDE E SEGURANÇA DO TRABALHADOR** André Dias Mortari e Maria Luiza da Silva Ramos

**COORDENAÇÃO JURÍDICA E RELAÇÕES DE TRABALHO** Alaor Souza e Sibila Binotto

**COORDENAÇÃO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS** Jade Monteiro e Márcia Tavares

**COORDENAÇÃO DE CULTURA, ESPORTE E LAZER** Gilson Santos e Rosane Pereira

**COORDENAÇÃO DE ASSUNTOS DE APOSENTADORIA** Laís Magbel Camisolão

**COORDENAÇÃO DE DIVULGAÇÃO E IMPRENSA** Mariane Quadros e Marlise Santos

**JORNALISTA RESPONSÁVEL** Vitor Hugo Xavier **DIAGRAMAÇÃO** Christofer Dalla Lana





**EDUCAÇÃO**

# VITÓRIA DA EDUCAÇÃO: ESCOLA SEM PARTIDO É ARQUIVADO, POR ENQUANTO

O arquivamento do Projeto de Lei nº 7.180/2014, batizado de Escola Sem Partido por seus criadores, foi uma ótima notícia, em meio a série de retrocessos anunciados diariamente pelo governo. A Comissão Especial encerrou o ano de 2018 sem conseguir aprovar o relatório favorável ao projeto, após 13 sessões marcadas por debates acalorados, gritos e xingamentos. Foi uma grande vitória de educadores e estudantes que lotaram as sessões da Comissão e de parlamentares do PSOL, PT e PCdoB, que atuaram de forma incansável obstruindo a votação, em combate com pastores, delegados e figuras como Eduardo Bolsonaro, Rogério Marinho e Marco Feliciano.

Os defensores do projeto tinham a maioria dos votos da Comissão, com folga. Mas não fizeram uso desta vantagem. Além da ausência nas reuniões, lideranças do movimento Escola Sem Partido chegaram a cogitar a retirada de parte do conteúdo e Olavo de Carvalho, guru do novo governo, gravou um vídeo contra o projeto.

A vitória na Comissão deve ser comemorada por todos os educadores do País, em especial os que já vêm sendo perseguidos, em sua liberdade de cátedra. O projeto é arquivado e volta a fase inicial. Mas isso não significa que a

luta acabou. Ao contrário. O Congresso eleito terá maioria de deputados ligados a posições conservadores. Além dos 52 deputados do PSL de Bolsonaro e outros partidos, a Câmara conta com o aumento das bancadas “do Boi, da Bala e da Bíblia”, que vão retomar este projeto e os outros cinco textos que tratam do mesmo tema. Certamente esse tema será uma prioridade destes parlamentares no primeiro semestre de 2019. A luta está apenas começando.

## Uma pauta que alimenta o ódio

O arquivamento, por outro lado, permite que este tema permaneça por mais tempo em debate sob o novo governo, como parte da “pauta ideológica” que garantiu sua votação. Esse pacote “ideológico” é a forma que o futuro governo encontrou para alimentar uma parte de sua base de apoio que se move pelo discurso de ódio. Esse eleitorado necessita de “inimigos internos”, papel que já é atribuído não só aos professores “doutrinadores”, mas a toda a esquerda, a sem-tetos, indígenas, mulheres, LGBTs, sindicalistas, ativistas de direitos humanos, mídia, etc.



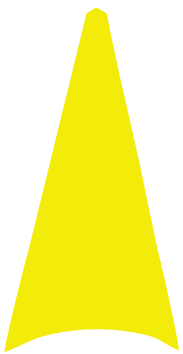
Manter uma grande visibilidade nesta guerra ideológica e moral será útil para desviar a atenção sobre as denúncias de corrupção, como as que começam a surgir contra a campanha do PSL. A ponto de Bolsonaro, no dia 21 de novembro, afirmar: “muito mais grave que a corrupção é a questão ideológica. Vocês sabem muito bem disso”. E servirá ainda para reduzir o desgaste em torno de pautas impopulares, como a reforma da Previdência, redução do salário mínimo e ataques aos direitos.

O PL 7.180 pretende instaurar um regime de medo e coerção contra milhões de professores em todo o país, substituindo o livre debate de ideias e o pensamento crítico pelo pensamento único. É uma tentativa de calar universidades e escolas, que são, historicamente, espaços de resistência, como recentemente, nas manifestações antifascistas. Em resumo, pretende enfraquecer a resistência imediata.

Há ainda mudanças mais profundas, como a mudança na base curricular do ensino médio, anunciada em dezembro de 2018. O novo formato prevê que apenas Português e Matemática sejam obrigatórias, com 60% das aulas. Os governos escolheriam o conteúdo que preencheria o tempo restante, de acordo com a oferta de professores. Desta forma, um aluno poderia passar os anos do ensino médio sem ter acesso a história, geografia e filosofia, ou de artes e biologia, por exemplo.

A mudança irá formar gerações de jovens acríticos, sem conhecimento mínimo sobre a história do país, como o período da ditadura ou a escravidão, e sem capacidade de estabelecer um pensamento crítico. Combinada com um silenciamento dos professores, o resultado será uma massa de futuros trabalhadores ainda mais facilmente manipulável, tanto para absorver ideias como a do Criacionismo ou para apoiar propostas absurdas, como a de que as mulheres vítimas de estupro devem ser obrigadas a ter o filho e ainda conviver com o estuprador.

*Fonte: Trechos do editorial do site Esquerda Online de 12 de dezembro de 2018*



**APOSENTADORIA****A REFORMA DA PREVIDÊNCIA E A DEFESA DO DIREITO À APOSENTADORIA PÚBLICA**

A Reforma da Previdência deve ser rapidamente apreciada ainda nos primeiros meses do Governo Bolsonaro, tendo como referência diferentes projetos de reforma, inclusive alguns ainda mais cruéis que aqueles proposto pelo governo Temer no último período. O secretário especial de Previdência, Rogério Marinho, está empenhado em apresentar uma proposta ao Congresso já em fevereiro, para o congresso. A equipe de Guedes estuda propor mudanças na idade mínima e endurecer regras para pensão por morte e benefícios.

Apesar de a reforma da previdência não constar no plano de metas do governo para os primeiros 100 dias (documento divulgado no dia 23 de janeiro), ela é promessa recorrente do atual governo ao mercado financeiro, que está ansioso em lucrar com o enfraquecimento da previdência pública. A passagem vergonhosa de Bolsonaro, em Davos, no Fórum Econômico Mundial, também foi marcada pela promessa de colocar a reforma em prática, assim que possível.

**A REFORMA VAI DIMINUIR A APOSENTADORIA DO POVO**

As tentativas de retiradas de direitos constitucionais não são novidade. Fazendo um retrospecto dos últimos 30 anos do Brasil, é possível constatar que a

constituição de 1988, enfrentou inúmeras emendas em seu texto original e foi sempre usada como desculpa para os problemas do Brasil e necessidades de reformas e retirada de direitos, garantidos pelo texto. “Precisamos lembrar que Sarney foi à TV dizer que com essa carta, recém aprovada, seria impossível governar o país. Desde o início a constituição sofre ataques e isso ocorreu durante todos os governos seguintes.”, afirmou Thiago Manfroi, Diretor do Sindisprev RS e servidor do INSS.

A constituição, além de garantir direitos, aponta o alocamento de receitas do governo para possibilitar este estado social, com um percentual mínimo de investimento em saúde, em educação e no sistema de seguridade social, incluindo a previdência pública.

“Nós nunca conseguimos implantar a constituição plenamente, em todos os seus aspectos, sempre devido a disputa em relação ao custo financeiro. A reforma da previdência, tanto no setor público, como no privado, visa nivelar por baixo. Não é uma reforma para escolher o melhor regime para os trabalhadores. É para retirar dinheiro dos trabalhadores. esse é o ponto. É para cortar pela metade, no mínimo, o que as pessoas ganham levando a população à beira da miséria. O ponto central é a retirada de recursos para fazer uma transferência direta para o mercado financeiro. Estamos historicamente à mercê dessa luta de classes e de interesses do capital.”, concluiu Thiago

Não é a toa, portanto, que no último dia 15 de janeiro, em São Paulo, as centrais sindicais (CSB, CTB.CUT, Força Sindical, Nova Central, CSP - Conlutas, Intersindical e CGTB) reafirmaram a sua “posição contrária a qualquer proposta de reforma que fragilize, desmonte ou reduza o papel da Previdência Social Pública”. No encontro o conjunto das Centrais Sindicais Brasileiras decidiram por realizar “Plenária Unitária das Centrais em defesa da Previdência e contra o fim da aposentadoria” no dia 20 fevereiro.

O tema da reforma da previdência é complexo, envolvendo a farsa do déficit da previdência, com desvios financeiros da aposentadoria para pagamento de dívidas do Estado, desonerações de grande empresas, sonegações e renegociações de dívidas, como apontou a CPI da Previdência no Senado, em 2017. Para entender o tema a Assufgrs debateu com especialistas sobre o assunto.

Confira a seguir a contribuição dos nossos entrevistados:

**A FARSA DO DÉFICIT DA PREVIDÊNCIA**

O professor Ottmar Teske, sociólogo, especialista em Ciência Política, Mestre em Educação UFRGS, lembra como se deu o trabalho tumultuado da implantação da CPI da Previdência, em 2017, no Senado. Presidida por Paulo Paim, a CPI chegou

à conclusão que a Previdência Social é superavitária e os problemas existentes são consequência de má gestão. Nos últimos 20 anos mais de R\$ 3 trilhões deixaram de entrar nos cofres do INSS. Boa parte disso é resultado da sonegação de empresas que não recolhem os benefícios. E o governo federal não cobra.

A CPI da Previdência funcionou por seis meses, realizando 33 reuniões, 26 audiências públicas, tendo sido ouvidas mais de 140 pessoas. “Quando o Paim começou a falar da ideia de montar a CPI, ninguém acreditava que se conseguiria chegar nas 27 assinaturas necessárias e a mídia batia em cima para que não se conseguisse. Essa CPI é um dos principais argumentos que está hoje ainda segurando esse desmonte da previdência, mas para que isso siga acontecendo é necessário fortalecer a união entre partidos e centrais sindicais em uma frente ampla pelo Brasil”.





## CAPITALIZAR A APOSENTADORIA VAI NOS LEVAR À MISÉRIA



**ROGÉRIO COELHO**

O regime de capitalização da aposentadoria no Chile, apontado como uma das possibilidades de modelo a ser adotado pelo Brasil, no governo de Jair Bolsonaro é preocupante.

A implantação do modelo chileno em nosso país completaria o suicídio

econômico e social em curso no Brasil, uma vez que a Previdência Social é um dos principais sistemas de distribuição de renda no Brasil. São 30 milhões de brasileiros que recebem benefícios da Previdência Social, sendo que 70% recebem apenas um salário mínimo.

“No Chile este modelo de previdência surge no Chile em 1981, extinguindo a previdência pública, colocando em seu lugar um sistema de fundo de pensão, com capitalização individual, tanto no setor privado, como público. Esse modelo já foi implantado em parte por aqui com a previdência complementar aos servidores públicos federais. Mas de forma generalizada para toda a sociedade seria desastrosa. Basta ver o que ocorreu no Chile com o empobrecimento da terceira idade e o aumento assustador de suicídios de aposentados”, afirma o advogado Rogério Coelho, do Escritório CSPM Advogados e assessor jurídico da Assufrgs.

## A REFORMA VAI RETIRAR A RENDA DOS TRABALHADORES



Para Edson Carneiro “Índio”, da Intersindical, a partir da luta da previdência é possível impor a primeira derrota da extrema direita no Brasil que, segundo ele, “quer acabar com a soberania nacional, com a democracia e entregar os direitos sociais para o grande capital”.

“Até agora não sabemos ao certo qual será a proposta apontada por Bolsonaro”, porém Índio acredita que será próxima aquela apresentada por Armínio Fraga, criando o regime de capitalização, entregando todo o regime de previdência do país para os bancos e desvinculando ainda o menor valor do benefício da previdência, com o salario minimo. “Portanto o salário mínimo não seria mais a base para os benefícios da previdência pública, o que é muito grave. No Chile atualmente a renda média dos aposentados é de 33% do salário mínimo para os homens, e 25% para as mulheres. Convertendo para a realidade brasileira seria algo em torno de R\$330, a R\$250 por mês.”

Outra questão apontada por Armínio Fraga é a união dos Regimes próprio e geral, um teto em 70% atual do regime geral e a previsão de uma alíquota previdenciária de 22% para o funcionalismo público. “Na prática o que temos é uma proposta que retira renda do trabalhador, recursos que circula nas famílias e alimenta a economia local, principalmente de pequenas cidades e transfere uma bolada, uma fortuna, para o mercado financeiro, em uma mercantilização completa do direito à aposentadoria, que é um direito civilizatório.”

### JURÍDICO

## ASSUFRGS INGRESSA COM AÇÃO PARA QUE SERVIDORES RECEBAM ATUALIZAÇÃO DE HORAS-EXTRAS INCORPORADAS AOS SALÁRIOS

Cerca de 30 anos após terem conquistado a incorporação de horas-extras aos seus salários, servidores técnico-administrativos da UFRGS foram surpreendidos quando a Universidade decidiu, em 2008, alterar a forma de reajuste do valor. Como a rubrica era decorrente de ação judicial, esta sempre foi paga com base na remuneração total de cada um, de modo que em toda a oportunidade que o funcionário avançava na carreira (através de progressões) ou tinha sua remuneração reajustada (através de reestruturação da carreira ou legislação que concedia aumento remuneratório), a rubrica era reajustada de modo a refletir o avanço remuneratório conquistado. A partir da modificação da forma de cálculo, operada em 2008, o recebimento das horas-extras, através da rubrica denominada “DECISÃO JUDICIAL TRANS JUG” não sofreu qualquer novo reajuste. “O congelamento imposto pela UFRGS gerou graves prejuízos financeiros aos servidores e feriu dispositivos legais e princípios constitucionais, merecendo correção pelo Poder Judiciário”, destaca o advogado da CSPM Advogados Associados Pedro Henrique Koeche Cunha. O escritório representa a ASSUFRGS na ação judicial.

Na ação movida pelo escritório, os advogados destacam que o longo lapso temporal existente desde a data em que a rubrica foi incorporada à remuneração dos servidores impede que a Administração anule seus atos ou até mesmo que os revise, sob

pena de afronta ao princípio da segurança jurídica. No caso da rubrica de horas-extras, isso implica na impossibilidade de revisão da forma de cálculo utilizada até 2008. A ASSUFRGS requereu que fosse aplicado, ao caso, o art. 54 da Lei nº 9.784/99:

“O procedimento da UFRGS aqui debatido é absolutamente ilegal em função da evidente e inafastável configuração da decadência administrativa. Conforme se extrai do artigo 54 da Lei nº 9.784/99, a Administração Pública tem o prazo de cinco anos para anular/revisar atos administrativos dos quais decorram efeitos favoráveis aos administrados. Vale, aqui, transcrever o referido dispositivo legal (grifo nosso):

Art. 54. O direito da Administração de anular os atos administrativos de que decorram efeitos favoráveis para os destinatários decai em cinco anos, contados da data em que foram praticados, salvo comprovada má-fé.

1o No caso de efeitos patrimoniais contínuos, o prazo de decadência contarse-á da percepção do primeiro pagamento.

2o Considera-se exercício do direito de anular qualquer medida de autoridade administrativa que importe impugnação à validade do ato”.

Além da retomada da forma adequada de cálculo da rubrica, a ação pede o pagamento dos valores retroativos com juros e correção monetária.

**POLÍTICA****MEDIDAS DO NOVO GOVERNO REFORÇAM ATAQUES AOS TRABALHADORES E SETORES VULNERÁVEIS**

Com as primeiras medidas anunciadas neste início de ano, o governo de Bolsonaro mostra a que veio e confirma a ideologia de extrema direita, que será assustadoramente prejudicial aos trabalhadores brasileiros e aos setores menos favorecidos da sociedade.

**Diminuição do Salário Mínimo**

A redução do valor previsto para o salário mínimo, que seria de R\$ 1.006 e foi fixado em R\$ 998 a partir de 1º de janeiro, impacta o bolso do trabalhador brasileiro e dos aposentados e pensionistas do INSS (Instituto Nacional do Seguro Social). A medida também aponta para o congelamento da política de valorização do salário mínimo adotada nos governos anteriores.

**Demarcação de terras indígenas e quilombolas**

O poder de “identificação, delimitação, demarcação e registros das terras tradicionalmente ocupadas por indígenas” e também por comunidades quilombolas passa da Funai (Fundação Nacional do Índio) para o Ministério da Agricultura, o que na prática beneficia os ruralistas na definição de terras no campo e aumenta os conflitos com os índios.

**Exclusão de LGBTs das diretrizes de direitos humanos**

Ao abordar as funções e assuntos do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, a MP 870/19 mencionou a comunidade negra, minorias étnicas, sociais e indígenas, idosos, crianças e adolescentes, mulheres, pessoas com deficiência, exceto a comunidade LGBT. A medida representa uma perda de status dessa população, em um dos países que mais mata pessoas LGBTs no mundo.

**Extinção da Secretaria da Diversidade, Alfabetização e Inclusão do MEC**

A Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão, criada em 2004, foi substituída pela subpasta Modalidades Especializadas. A iniciativa busca eliminar as temáticas de direitos humanos, de educação étnico-raciais e da diversidade. A nova pasta deve continuar a articular as ações de educação especial, de jovens e adultos, educação no campo, indígena e quilombola.

**Extinção de importantes Ministérios**

O novo governo extinguiu diversos ministérios, entre eles, os Ministérios do Trabalho e o da Cultura. Os demais foram: Cidades; Desenvolvimento Social; Esportes; Fazenda; Indústria, Comércio Exterior e Serviços; Integração Nacional; Planejamento, Desenvolvimento e Gestão; Segurança Pública. O superministério da Economia, fusão entre Fazenda, Planejamento, Trabalho e Indústria e Comércio, comandado por Paulo Guedes, ficará a cargo das políticas e diretrizes para a geração de emprego, renda e de apoio ao trabalhador, políticas e diretrizes para modernização das relações de trabalho, regulação profissional, desenvolvimento profissional, saúde e segurança no trabalho, além da política salarial. As concessões de cartas sindicais e a fiscalização das condições de trabalho, por exemplo, ficam com o Ministério da Justiça.

**Ministros investigados**

Dos 22 ministros do governo Bolsonaro, cinco são investigados por corrupção. Onyx Lorenzoni, chefe da Casa Civil, foi citado em delação premiada da JBS e admitiu ter recebido 100.000 reais da empresa por meio de caixa dois em 2014. O ministro da Saúde, Luiz Henrique Mandetta, é investigado por fraude em licitação, tráfico de influência e caixa dois na implementação de um sistema de prontuário eletrônico. Já o ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, foi denunciado pelo Ministério Público de São Paulo por prática de improbidade administrativa e por intermediar processos administrativos, supostamente ilícitos, na Junta Comercial de São Paulo. A ministra da Agricultura, Tereza Cristina, também é investigada por conceder benefícios fiscais à JBS no período em que foi secretária estadual em Mato Grosso do Sul. O ministro da Economia, Paulo Guedes, é investigado pelo Ministério Público Federal (MPF) por irregularidades na gestão financeira de fundos de investimento.

Com apenas um mês de governo, essas são apenas algumas das iniciativas de Jair Bolsonaro, sem destacar a péssima impressão internacional deixada por ele e sua equipe durante o Fórum Econômico Mundial, em Davos, e as recentes denúncias de envolvimento da família Bolsonaro com milicianos e corrupção, trazendo a primeira grande crise para o núcleo do novo governo. As notícias reforçam que a pauta a ser enfrentada é contra a retirada de direitos, deterioração das condições de trabalho, arrocho salarial, ataques sistemáticos a setores oprimidos, entre outros aspectos. Portanto, teremos um ano de muitas lutas para defender direitos trabalhistas, sociais, de organização e o direito à vida.

**JURÍDICO****NOVIDADES SOBRE A EXECUÇÃO DA AÇÃO COLETIVA DO ENQUADRAMENTO**

Lembramos aos filiados que a Ação Coletiva do Enquadramento foi exitosa e não cabe mais recurso por parte da Universidade (trânsito em julgado). Portanto, quem ainda não apresentou a documentação para o encaminhamento das ações que buscam o pagamento de valores, ou segue em dúvidas sobre o tema, deve entrar em contato com o jurídico através do e-mail: [juridico@assufrgs.org.br](mailto:juridico@assufrgs.org.br)

O processo teve origem em razão da negativa da UFRGS em aceitar o somatório dos certificados apresentados para enquadramento nos níveis de capacitação (I, II, III ou IV) no PCCTAE. Têm direito às indenizações os servidores Técnicos-Administrativos em Educação, ativos ou já aposentados, que foram prejudicados em seu enquadramento inicial no PCCTAE pela proibição de somar as cargas horárias apresentadas.



ASSUFRGS

## CONHEÇA A NOVA COORDENAÇÃO DA ASSUFRGS - GESTÃO 2019/2021



A nova Coordenação da Assufrgs tem como coordenadores gerais Berna Menezes, Charles Almeida e Rafael Berbigier. “Sabemos que o próximo período será de perseguição aos sindicatos e de forte retirada de direitos dos trabalhadores. Por isso agora é um momento que precisamos girar para base, com seriedade e organização. Fortalecer o trabalho de base será o eixo central dessa nova gestão. O desafio será grande mas temos que resistir e nos unir, no conjunto das classes dos trabalhadores, com unidade política para enfrentar esse quadro.”, afirma Berna Menezes.

Charles Almeida aponta o desafio que a gestão irá enfrentar à frente de um sindicato, que traz consigo uma responsabilidade histórica, de estar “na ponta de lança das lutas da classe trabalhadora nos últimos anos.” Para ele, enquanto sindicato, a Assufrgs sempre esteve na defesa dos direitos dos trabalhadores. “O cenário é difícil, mas temos que sempre trabalhar com a esperança de que a classe trabalhadora organizada conseguirá fazer frente às iniciativas de retirada de direito. Temos capacidade de disputar com a sociedade esse discurso. A maioria que votou em Bolsonaro não é a favor de perder direitos como 13º, aposentadoria e a universidade pública. Pra isso essa gestão terá que mobilizar novamente a base e articular com demais categorias. A categoria pode contar conosco, que estaremos defendendo cada um dos direitos, dos mais amplos aos menores. Estamos do lado certo da história e essa página nós vamos virar!”

Rafael Berbigier destaca a abrangência do desafio da Assufrgs no próximo período. “Estaremos defendendo as pautas de interesse direto da categoria, como as relações de trabalho, combatendo o assédio moral, que é muito presente nas nossas instituições – UFRGS, UFCSPA e IFRS -, a defesa da nossa carreira e do incentivo à qualificação. O maior desafio, porém, é da conjuntura, pela defesa da democracia, dos direitos sociais, e da própria existência das universidades públicas e dos institutos federais. O desafio será enorme e precisamos estar unidos, e para isso um intensivo de trabalho de base será essencial para chamar os colegas à defender nossos direitos, que serão ainda mais ameaçados no próximo período.”

### JURÍDICO

## SERVIDOR DA UFRGS, SAIBA COMO REQUERER O BENEFÍCIO DO AUXÍLIO TRANSPORTE

Atualmente a UFRGS paga auxílio transporte apenas para os servidores que utilizam transporte público. Recentemente, em ação promovida pela Assufrgs, a Justiça Federal declarou o direito dos servidores à percepção do auxílio-transporte independentemente da comprovação da utilização de transporte público para o deslocamento, e condenou a Universidade à implantação do auxílio-transporte na folha de pagamento dos beneficiários, independentemente desta comprovação.

Assim, mesmo quem opta por utilizar o veículo próprio para o deslocamento faz jus ao referido auxílio. Ainda cabe recurso da sentença, mas os interessados devem desde logo requerer o benefício para, quando a ação finalizar, estarem aptos a se beneficiar.

Segundo a legislação, o que se reconhece aos servidores que optem por transporte privado é a correspondência do que seria pago em caso de utilização de transporte coletivo. O valor do auxílio-transporte será o resultado da diferença entre o valor gasto com o transporte e 6% do vencimento básico. Confira no site da Assufrgs um simulador, feito pela PROGESP da Unipampa, para o cálculo do valor do benefício: [assufrgs.org.br/noticias-juridico](http://assufrgs.org.br/noticias-juridico)

### COMO REQUERER

Recomenda-se que todos os servidores que tenham interesse no benefício façam o pedido administrativamente. Em caso de negativa, é possível requerer o pagamento dos “atrasados” judicialmente, após o término da ação. O servidor deverá fazer uma solicitação por escrito à PROGESP, anexando comprovante de residência e prova do valor do transporte público, mas requerendo expressamente a concessão do benefício em caso de uso de transporte particular. Confira o modelo no site da Assufrgs: [assufrgs.org.br/noticias-juridico](http://assufrgs.org.br/noticias-juridico).

## VIOLÊNCIA

## OS EFEITOS COLATERAIS DA FLEXIBILIZAÇÃO DA POSSE DE ARMAS

Apesar de 61% dos brasileiros considerarem que a posse de armas de fogo deve ser proibida por representar ameaça à vida de outras pessoas (Datafolha em 31/dez/18), o presidente Jair Bolsonaro assinou no dia 15 de janeiro um decreto que facilita a posse de armas de fogo. O direito à posse é a autorização para manter uma arma de fogo em casa ou no local de trabalho. Para andar com a arma na rua, é preciso ter direito ao porte, cujas regras não foram alteradas. O texto do decreto possibilita que cidadãos residentes em área urbana ou rural tenham até quatro armas, limite que pode ser ultrapassado em casos específicos. O decreto também prevê que o prazo de validade do registro da arma, hoje de cinco anos, passará para dez anos.

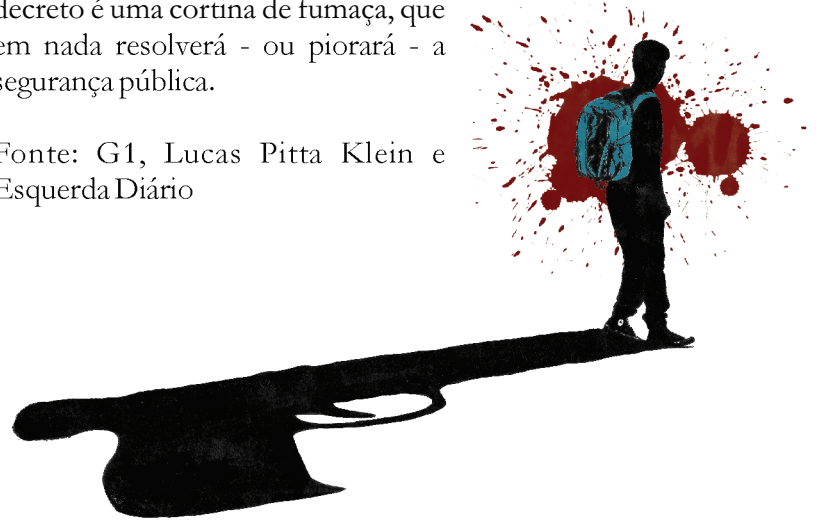
Segundo o texto do novo decreto, basta residir em área urbana de estados com índices anuais de mais de 10 homicídios por 100 mil habitantes, segundo dados de 2016 apresentados no Atlas da Violência 2018. Todos os estados e o Distrito Federal se encaixam nesse critério. Cerca de 60 milhões de pessoas estão aptas a conseguir o porte de arma em sua residência, ou estabelecimento comercial.

Os efeitos colaterais dessa decisão são preocupantes. O problema da segurança pública não será resolvido, apenas piorado com um maior número de armas circulando. O Brasil já é um dos países mais violentos do mundo e que mais mata com arma de fogo, segundo dados da OMS. Quase 70% dos estupros ocorrem dentro de ambiente doméstico (Ministério da Saúde) e 58% dos feminicídios foram cometidos por companheiros ou familiares, o que faz com que o lar, onde a posse de arma foi flexibilizada, seja o “lugar mais perigoso para as mulheres” (ONU). A flexibilização das armas só acentuará a matança no campo, com o genocídio de índios e camponeses.

O modelo da flexibilização que Bolsonaro se espelhou é dos EUA, que tem taxa de homicídio por armas 25 vezes maior que a média dos demais países ricos e tem a maior massa carcerária do mundo. Os assaltos à domicílios, que segundo o governo seriam o principal motivo para o decreto, representam apenas 2 a 3% do total de assaltos (SSP-SP). O decreto contraria ainda as recentes chamadas nos EUA para maior controle de armas, assim como a tendência global de restringir o acesso a armas de fogo, como na Austrália, Reino Unido, Canadá, Nova Zelândia e Alemanha.

Que problemas esse decreto resolverá então? O problema da indústria armamentista, que financia há décadas as campanhas de políticos da "Bancada da Bala". São ao menos 21 políticos publicamente financiados, principalmente de partidos de direita, como DEM, PMDB, PP, PSC, PSL, etc, entre eles, Onyx Lorenzoni, atual chefe da Casa Civil, que recebeu, além de 500 mil da Taurus, 50 mil da CBC (Companhia Brasileira de Cartuchos). Bolsonaro não está preocupado com a segurança do povo. O decreto é uma cortina de fumaça, que em nada resolverá - ou piorará - a segurança pública.

Fonte: G1, Lucas Pitta Klein e Esquerda Diário



## AUTONOMIA UNIVERSITÁRIA?

## BOLSONARO PODERÁ ESCOLHER 11 REITORES DE UNIVERSIDADES FEDERAIS SEM RESPEITAR CONSULTA À COMUNIDADE

Com discurso que prega mudanças radicais nas universidades, o presidente Jair Bolsonaro poderá escolher o reitor de 11 instituições federais neste ano, segundo informações da Folha de S. Paulo. As indicações serão feitas após a edição de um documento do Ministério da Educação que reduz o poder dos estudantes e funcionários nas eleições internas, assinada no dia 13 de dezembro de 2018, durante o processo de transição para o novo governo.

O documento estabelece que são ilegais consultas internas para escolhas de reitor nas quais o peso do voto dos professores é menor do que 70%. A proporção contraria a prática de muitas instituições que usam o sistema “paritário”, no qual o voto de cada categoria (alunos, professores e técnico-administrativos) tem peso de um terço do total. Segundo

levantamento da Universidade de Brasília (UnB), de 2012, 37 das 54 universidades federais usavam esse sistema.

Para evitar questionamentos legais, as universidades tratam a eleição paritária como uma consulta informal, enquanto a votação oficial é feita por colegiados que seguem o peso de 70% de votos para os docentes. Esses órgãos costumam referendar o resultado das consultas paritárias.

O documento ainda impede o envio de listas com menos de três nomes ao presidente da República, a quem cabe a escolha final. Desde o governo Lula, o primeiro colocado tem sido o indicado.

As perseguições já iniciaram, Fábio Fonseca, primeiro colocado na disputa para a reitoria da Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM), não será o escolhido pelo governo. No lugar dele deve ser nomeado o segundo colocado da lista tríplice e atual vice-reitor, Luiz Fernando Resende dos Santos Anjo. Neste ano, devem vencer os mandatos dos reitores da UFRJ, UFC, UFGD, UFMA, UFPE, UFRB, UFRN, UFV, UFVJM e Unirio.

